

Prosa *Poeteiro* Verso  
Iba Mendes

# Ensaio



Teixeira Bastos

*A dissolução do regime capitalista*



Iba Mendes  
[www.poeteiro.com](http://www.poeteiro.com)

# Teixeira Bastos

## *A dissolução do regime capitalista*

Adaptação ortográfica e revisão gráfica  
Iba Mendes

---

Publicado originalmente em 1897.

**Francisco José Teixeira Bastos**  
**(Lisboa, 1857 — 1902)**

“Projeto Livro Livre”

**Livro 663**

---



Poeteiro Editor Digital  
São Paulo - 2015  
[www.poeteiro.com](http://www.poeteiro.com)

# PROJETO LIVRO LIVRE

*Oh! Bendito o que semeia  
Livros... livros à mão cheia...  
E manda o povo pensar!  
O livro caindo n'alma  
É germe — que faz a palma,  
É chuva — que faz o mar.*

Castro Alves

O “Projeto Livro Livre” é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, de forma livre e gratuita, de obras literárias já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital.

No Brasil, segundo a Lei nº 9.610, no seu artigo 41, os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento. O mesmo se observa em Portugal. Segundo o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, em seu capítulo IV e artigo 31º, o direito de autor caduca, na falta de disposição especial, 70 anos após a morte do criador intelectual, mesmo que a obra só tenha sido publicada ou divulgada postumamente.

O nosso Projeto, que tem por único e exclusivo objetivo colaborar em prol da divulgação do bom conhecimento na Internet, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por alguma razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza que nos informe, a fim de que seja devidamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso aos bens culturais. Assim esperamos!

Até lá, daremos nossa pequena contribuição para o desenvolvimento da educação e da cultura, mediante o compartilhamento livre e gratuito de obras em domínio público, como esta, do escritor português Teixeira Bastos: “*A dissolução do regime capitalista*”.

É isso!

*Iba Mendes*  
[iba@ibamendes.com](mailto:iba@ibamendes.com)  
[www.poeteiro.com](http://www.poeteiro.com)



# A DISSOLUÇÃO DO REGIME CAPITALISTA



I

Ninguém hoje contesta que o homem tem direito à vida. A legislação punindo o aborto, reconhece-lhe esse direito ainda antes mesmo de nascer. O direito à vida subentende o direito ao trabalho, porque é o trabalho o meio legítimo de obter recursos para viver, isto é, de ocorrer às necessidades iniludíveis e primeiras do homem — a alimentação, o alojamento e o vestuário.

Na sociedade atual, pode o homem exercer sempre o trabalho de maneira que satisfaça a essas necessidades?

Digam-no os fatos.

Um pavoroso incêndio, em novembro de 1895, devastou em poucas horas as principais oficinas da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, reduzindo à miséria cerca de 600 operários, que nelas trabalhavam quotidianamente e que de repente, por esse motivo, ficaram sem trabalho, e até sem ferramenta aqueles que a tinham sua.

A companhia tinha os valores, que o incêndio destruiu, devidamente garantidos por meio de seguros contra o risco de fogo. Mas os operários? Esses, coitados, não tinham o seu trabalho garantido, nem sequer as suas ferramentas no seguro. Foram portanto estes as verdadeiras e únicas vítimas do espantoso incêndio.

Ora 600 operários sem trabalho representam 600 famílias na miséria, ou pouco menos. Verdade é que o conselho administrativo ou fiscal da companhia procurou atenuar o mal proveniente dessa terrível situação; deliberando licenciar os operários, abriu uma inscrição para todos eles, a fim de os readmitir à proporção que as oficinas se fossem reconstruindo; e pagando aos operários licenciados, até o fim daquele ano, na razão de 50 por cento dos seus salários normais.

Mas se esta providência melhorou um pouco a situação a que pelo incêndio ficaram reduzidas perto de 600 famílias operárias, não era suficiente para que essas famílias pudessem viver até a readmissão dos operários licenciados, já não diremos medianamente, mas simplesmente como viviam antes do fatal

incêndio.

Em regra, a fêria do operário, qualquer que seja a arte ou o ofício que exerce, não excede um mínimo com que dificilmente pode ocorrer às despesas de alimentação, alojamento e vestuário. Se dificilmente pode ocorrer a essas três despesas de absoluta necessidade, sendo só, o que não acontece tendo família? E é exatamente este o maior número de casos. A mulher e os filhos umas vezes, e outras os pais impossibilitados de trabalhar pela idade ou pela doença sobrecarregam o pobre operário, que com eles tem de repartir quotidianamente o produto do seu parco salário.

Se a mulher ou alguns dos filhos concorrem também para as despesas da casa com as suas respectivas fêrias, não o fazem com partes iguais às do operário chefe de família porque as fêrias das mulheres e dos menores são excessivamente arrastadas. A exploração capitalista exerce-se com mais força sobre as mulheres e os menores. E no entanto as mulheres e os menores para satisfação das suas necessidades recebem proporcionalmente mais da casa comum do que a parte com que para ela contribuem.

Nestas circunstâncias as 600 famílias de operários, ou pouco menos, vendo reduzido a metade o salário do chefe de família, a única ou a principal fonte do todas as despesas domésticas, haviam de sentir a miséria entrar-lhes pela porta dentro com todas as suas lamentáveis e horrorosas consequências.

De um dia para o outro ficaram 600 operários sem trabalho e perto de 600 famílias na miséria, e isto sem que por forma nenhuma tivessem contribuído com a sua conduta para essa ruína. Mas sofreram todas as consequências da destruição que não prepararam nem puderam evitar.

É um exemplo; poderíamos citar também o caso frequente de fábricas que fecham temporariamente ou diminuem aos operários os dias de trabalho, porque têm os seus depósitos abarrotados de produtos sem extração.

Denunciam todos esses casos, como tantos outros que todos os dias acontecem, em menor escala, que a atual sociedade assenta em bases falsas: o regime capitalista dá origem a uma série interminável de injustiças, que vitimam a população operária; as classes produtoras por excelência, tão mediocrementemente remuneradas.

A questão social surge espontaneamente de fatos desta natureza.

Desde que a sociedade, como se acha organizada, pode recusar ao homem o exercício do trabalho, — pois outra cousa não é impedir-lhe ou embaraçar-lhe de qualquer modo esse exercício normal, — pondo-se em flagrante contradição

com o princípio fundamental, admitido nas legislações, do direito à vida, é evidente, que são falsas as bases em que assenta, e portanto que atravessa verdadeiramente uma fase de transição.

A sociedade capitalista com o seu feudalismo industrial tende já a dissolver-se. Aponta esta tendência o dr. Léon Winiarski num belo artigo sobre o *Materialismo econômico e a psicologia social* (*La Revue Socialiste* nº 132, Dezembro 1895).

Diz ele: "Se este estado de cousas persiste até o presente e se foi necessário no interesse da produtividade, já encerra contudo os germens da dissolução.

"O desenvolvimento do maquinismo cresce de dia para dia, tornando supérflua uma parte cada vez maior da população.

"O desenvolvimento inaudito da produtividade do trabalho está em antagonismo com a lei econômica que condena o maior número à exclusiva satisfação das necessidades estritamente indispensáveis. Nestas condições, a produção excede periodicamente o consumo, o que causa no mercado uma acumulação de fazendas que não encontram compradores: é uma crise. Este estado de cousas ameaça a sociedade nos seus fundamentos. Mas o mal contém em si mesmo um remédio: a produção concentra-se sem cessar: ela organiza os operários em um partido socialista que transformará a produção dando-lhe novas bases, adaptando-a às novas necessidades da sociedade.

"Terá isto por consequência uma transformação nos domínios da moral, do direito, da política, etc., os quais tomarão por alvo a emancipação inteira do indivíduo."

A tendência verificada pelo dr. Léon Winiarski observa-se em todos os países. Na Alemanha, na Inglaterra, na França, na Bélgica, por toda parte enfim, o partido socialista está adquirindo novas forças e uma influência direta sobre a marcha das cousas públicas cada vez mais acentuada.

Correlativamente não é difícil observar uma decadência gradual, mas de dia para dia mais palpável, no interesse que despertam as questões da política metafísica e, pelo contrário, uma invasão progressiva das questões concernentes à economia social.

Entre nós, onde o proletariado não tem contudo a importância numérica que tem noutros países, não deixa de se sentir a corrente socialista que agita as sociedades contemporâneas; não será até difícil observar sintomas indubitáveis de que também já em Portugal começou a decadência ou a dissolução do regime capitalista.

## II

Os sintomas característicos da decomposição do regime capitalista acentuam-se com mais ou menos força em todos os países.

Citemos fatos.

Um grande industrial de Bochum, importante e rica cidade da Westfália, foi acusado não só de uma falsificação prejudicial para o Tesouro, como da responsabilidade de muitas mortes, ocasionadas em acidentes de caminhos de ferro, para os quais fornecera *rails* de uma composição voluntariamente imperfeita. Este industrial, que defraudava a nação e punha em risco iminente a vida dos viajantes que circulam nos caminhos de ferro do Estado, M. Baare, era, segundo noticiava *Le Temps* de 8 de fevereiro de 1892, "um dos homens de confiança do príncipe de Bismarck nas questões econômicas, um dos iniciadores do sistema protecionista, membro do conselho de estado e do conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado, conselheiro íntimo do comércio, presidente da Câmara de Comércio de Bochum, diretor de um dos maiores estabelecimentos industriais da Alemanha, e condecorado com enorme quantidade de veneras!" Sobre esta alta personagem do império germânico pesou a esmagadora acusação, comprovada por um jornalista, de se ter prestado, durante longos anos, à falsificação sistemática dos punções aplicados aos produtos das suas oficinas.

Corria há muito tempo em Westfália o boato de fraudes gigantescas, de que era vítima a Fazenda pública, praticadas sem o mínimo escrúpulo pelos principais contribuintes de Bochum. A *Gazeta do Povo* tornou-se eco desses rumores, e M. Fussangel, redator deste jornal, procedeu pessoalmente a um inquérito, procurando a justificação das vagas acusações que andavam em todas as bocas. A investigação feita pelo jornalista de Westfália teve fecundos resultados, e a *Gazeta do Povo* pôde não só certificar a existência de falsas declarações, prestadas pelos maiores contribuintes, relativamente aos respectivos rendimentos sobre que havia de incidir o imposto; mas, o que era muito mais grave, denunciar uma série de delitos condenáveis no duplo ponto de vista da segurança pública e da moralidade comercial. A opinião pública agitava-se com tais revelações e as autoridades viram-se forçadas a proceder a um inquérito administrativo. Do inquérito oficial resultou, com efeito, a certeza de que o fisco era prejudicado pelas falsas declarações do oitenta e um dos maiores contribuintes de Bochum em 600:000 marcos, isto é, mais de 59 por cento do seu rendimento, e que entre os culpados se contavam M. Baare e mais dezessete membros da municipalidade.

Apesar desta assombrosa confirmação de uma parte da denúncia, o arrojado jornalista M. Fussangel foi condenado a alguns meses de cadeia por gratuitas

imputações quanto à falsificação atribuída a Baare. Mas embora condenado, o redator da *Gazeta do Povo* não desanimou. Refugiou-se por algum tempo, antes de cumprir a pena, e prosseguindo no inquérito particular, conseguiu publicar uma série de documentos irrefragáveis, que demonstravam a realidade das falsificações e a sua distribuição num período de dezesseis anos, de 1876 a 1892!

O triunfo obtido por M. Fussangel foi esmagador para o grande industrial. A opinião pública condenou o dilapidador e o falsificador que privava com as sumidades do império; mas por uma anomalia escandalosa, a justiça não ousou pedir contas ao principal autor dos atos criminosos; limitou-se a instaurar um processo contra os seus cúmplices, fautores secundários, ou antes seus instrumentos passivos.

Mais retumbante do que este, e não menos significativo, foi o escândalo do Panamá.

A questão do Panamá não foi um mal originado pelas instituições republicanas por que se rege a França; afirmá-lo, se não é uma prova de má fé do facciosismo monárquico, demonstra pelo menos completa ignorância das ciências sociais. Esse escândalo representa apenas um apostema no estado de decomposição a que chegou o feudalismo capitalista. Deu-se em França, não por causa da república, mas apesar da república; e deu-se unicamente porque a nação francesa, como todas as outras nações civilizadas, atravessa uma profunda crise, donde há de sair um novo regime social. Esta é que é a verdade. E tanto assim, que, ao percorrermos a imprensa de todos os países, vimos denunciar logo com a designação cosmopolita de *Panamás* a infinita série de escândalos similares que mancham o mundo financeiro nas diferentes nações europeias e americanas. Por toda parte a mesma sede de vida de gozos, a mesma audácia da captação de riquezas, o mesmo desvergonhamento na compra e na venda das consciências; por toda parte o mesmo ideal do capitalismo: — viver à larga sem trabalhar!

Benoit Malon, o notável pensador prematuramente falecido, a propósito do escândalo do Panamá, disse que todas as nações, quer sejam governadas pela monarquia, quer pela república, têm presentemente as suas chagas: "Todas as coisas iguais, escrevia o autor do *Socialismo integral*, a única diferença quando há alguma nesse caso, entre a monarquia e a república, é que na primeira abafa-se o escândalo, entanto que na segunda faz-se a luz e os prevaricadores têm pelo menos a punição da desonra pública.

"Mas, ainda uma vez, nestas desgraças públicas, não é da forma política do governo, mas do sistema social, que se trata. Vemos mais uma prova disso no fato de que, os que receberam cheques ou comissões do Panamá, são talvez



mais numerosos e mais ávidos do lado monárquico. Saibamos ver com equidade; o mal resulta da fúria do ganho individual alimentado pela forma capitalista da produção e atraído pela febre do jogo, que neste tempo de anarquia econômica e de iniquidades sociais, desanima o trabalho, corrompe todas as formas da troca e transforma os mercados financeiros em cavernas dos quarenta ladrões" (*Une protestation motivée — Revue Socialiste* nº 96, Dezembro, 1892). Na verdade, nem a monarquia, nem a república se comprometem com os escândalos do mundo financeiro, se os poderes constituídos não estendem sobre os criminosos a capa da misericórdia, nem exercem em favor deles a benevolência ou a proteção.

A França republicana teve o bom senso de não se comprometer, como sucederia se cobrisse paternalmente os políticos prevaricadores. O parlamento, de todas as vezes que se tem agitado a questão, mostra sempre desejar que a luz incida sobre o escuro caso.

Mas o grande escândalo, o verdadeiro escândalo do Panamá, está no desaparecimento de *mil e trezentos milhões de francos*, cobrados pelo conselho de administração da companhia. Os *cinco* ou *dez milhões*, consumidos na corrupção dos homens políticos, figuram como um mínimo relativamente insignificante: É isto um incidente escandaloso, mas muito secundário, no conjunto do escândalo monumental.

Como se sumiram *mil e trezentos milhões de francos* numa obra ainda apenas começada; quando, ao lançarem a ideia, os promotores do canal do Panamá asseveravam que uma soma de *seiscentos milhões de francos* era suficiente para o rompimento completo do istmo? Aqui é que está o grande escândalo, como observou Gustave Ronanet na introdução ao seu livro — *La vérité sur le Panamá*.

E o total das emissões ainda subiu acima de mil e trezentos milhões de francos; tudo se subverteu nesse imenso desastre. Essa soma enorme, mais de 234:000 contos da nossa moeda, ao par, representava as economias de inúmeras famílias da França, o produto do trabalho acumulado, durante anos e anos, por indivíduos das classes laboriosas, que incitados pelo princípio da previdência juntavam um pequeno capital para a velhice ou para a doença. Tudo desapareceu nesse insondável sorvedouro chamado Companhia do Panamá.

A avidez dos legisladores, nesta vergonhosa e repugnante questão, ficou como uma miserável insignificância ao lado da perversão moral de outras classes de indivíduos. Charles de Lesseps, na comissão de inquérito, declarou que "não foi tanto no mundo político como no mundo dos salões, que encontrou ávidas exigências, que teve de dar somas importantes, numerosas participações de garantias, para alcançar o favor dos que preparam a opinião mundana." Logo

que se anunciava uma emissão, os escritórios da companhia eram invadidos por uma multidão, principalmente da alta sociedade, que reclamava a sua inclusão no sindicato. E dentre as pessoas do mundo elegante, quanto mais distintos, quanto mais elevados em posição social, tanto mais avultada era a soma exigida, tanto mais considerável a participação reclamada. Os exploradores dos capitais do Panamá descobrem-se até no alto clero, até mesmo no Vaticano. Os párocos recomendavam aos seus fregueses a colocação das economias em ações do Panamá; as folhas clericais faziam uma ativa propaganda a favor da companhia, e até, na expressão pinturesca de um jornalista francês, *au temps glorieux où les finances du Vatican valsaient sous l'archet de Mgr. Folchi, on joua sur Panamá*. Um extraordinário delírio!

Depois deste, escusado será mencionar os escândalos similares que nos últimos tempos têm vindo a público na Alemanha, na Itália, na Espanha, no Brasil, por toda a parte enfim, e que representam a dessoração de um sistema social chegado ao último período da sua existência.

### III

Portugal não constitui uma exceção. A decomposição do regime capitalista, que tem por sintomas característicos o caso retumbante do Panamá na república francesa e uma série infinita de Panamás que se desenvolveram em quase todas as nações da Europa e América, estendeu-se até a sociedade Portuguesa. Observe-se a depravação a que ela chegou, desorientada por uma política imoralíssima, na qual se sacrificam os interesses nacionais às inconfessáveis e desvairadas conveniências do mais sórdido egoísmo. E essa depravação atingiu o seu auge no decurso da grande crise nacional por que passamos. As proporções espantosas que tomou no nosso meio a dessoração de um sistema social chegado ao período extremo da sua existência, são tanto mais para admirar, quanto é certo nunca ter esse regime de feudalismo industrial, alcançado entre nós o desenvolvimento que tomou noutros países igualmente contaminados.

A razão deste fenómeno é simples.

O desenfreado amor do luxo e do prazer que se propagou, no reinado de D. Luiz, das altas regiões do poder às classes mais elevadas, destas às médias e ainda destas às inferiores, perverteu todas as noções da economia doméstica e da dignidade pessoal, antepondo a ostentação e o enfatuamento ao senso comum e à modéstia. A administração pública com os seus esbanjamentos, espalhando a rodos desassisadamente os milhares de libras dos empréstimos estrangeiros e as valiosas receitas das contribuições, dava o exemplo, deslumbrando e instigando os espíritos desprovidos de uma sã educação moral.

Todos queriam gozar à larga, todos queriam aparentar aquilo que não eram. Dificilmente cada um se conformava com a sua sorte. Isto até onde se estendia o contágio da corrupção que vinha de cima.

Assim se explica também o desenvolvimento da emprego-mania. As artes e os ofícios, o comércio e a indústria, as profissões liberais viram desertar das suas fileiras muitos dos seus membros que se trabalhassem diligentemente poderiam ser ótimos cidadãos, para se virem alistar nos exércitos numerosos do funcionalismo. À mesa do orçamento procuravam assentar-se todos os que ambicionavam viver regaladamente sem canseiras e sem trabalhos.

A perversão moral que se traduzia na sede de gozos e de ostentação, levava a empregar indiferentemente todos os meios, quaisquer que eles fossem, com tanto que com facilidade se pudesse alcançar o ambicionado fim. Os escrúpulos soçobraram diante da fascinação de uma vida inteiramente de aparências, já que não podia ser de verdadeiras riquezas. Para uns o expediente preferido foi o jogo de bolsa, em que arriscavam, não a sua fortuna, mas a alheia, ou a exploração de empresas mirabolantes, às quais conseguiam atrair subscritores ingênuos ou incautos. Outros lançaram antes as vistas para os cofres públicos, abusando da confiança que tinham sabido inspirar ou da posição respeitável que ocupavam. Outros ainda recorreram a processos não menos indecorosos, nem menos repugnantes, para se apoderarem de dinheiro, de valores ou de bens de outrem.

Não é pequena a lista de escândalos que vieram a lume nos últimos anos. Os escândalos particulares complicam-se com os públicos, e as ruínas de companhias e empresas refletem-se pesadamente no Tesouro.

Em Portugal a dissolução do regime capitalista casa-se intimamente à decomposição do sistema monárquico constitucional. É por isso em extremo complexa a situação presente do nosso país.

Ao movimento de dissolução espontânea do regime capitalista uniu-se o sistema de corrupção adotado como norma de governo e o ideal egoísta do gozo, alimentado imprudentemente pelas altas regiões durante o reinado de D. Luiz. Hoje estamos sofrendo as consequências da febre de prazeres que contaminou a nossa sociedade.

Se são já muitos os escândalos de que a justiça tomou conhecimento, na sua maioria ainda, se não para sempre, impunes, muitos mais parecem ser aqueles que permanecem na sombra, envoltos em mistérios e denunciados apenas na imprensa por alusões mais ou menos claras ou transparentes. Graves acusações se têm feito por esta forma, nos últimos anos, a empregados públicos, a funcionários superiores do Estado ou a indivíduos que têm mantido por vezes

relações íntimas com o Governo em negócios financeiros. Graves acusações essas, não só porque os fatos indigitados caem sob a ação do Código Penal, como também porque anda a eles ligado o crédito, a honra e a dignidade da nação Portuguesa. E essas graves acusações veem por vezes acompanhadas da transcrição de documentos comprovativos.

A opinião pública crê piamente nos escândalos que dessa forma lhe são relatados pela imprensa; e a indiferença das autoridades que não submetem os casos aos tribunais como lhes cumpria, ainda faz aumentar essa convicção. Não se compreende, com efeito, que a justiça se conserve de braços cruzados, quando se fazem publicamente declarações de crimes praticados contra o Estado por funcionários públicos no exercício das suas funções ou por indivíduos que abusaram da confiança neles depositada pelo Governo. A indiferença das autoridades em tais casos contribui para aumentar a desmoralização pública.

Se se pretende arrancar o país do estado de depravação em que se encontra, se se pretende reagir contra a imoralidade que campeia infrene nos arraiais políticos, estendendo-se à vida particular, é indispensável iniciar uma completa e geral liquidação de responsabilidades. Será este o ponto de partida para a reforma dos costumes que o amor do luxo e do prazer, conjuntamente com a política de corrupção, alteraram e viciaram de cima a baixo. Não basta prender e punir os culpados menores que se deixaram desvairar por aquela ordem de seduções ilusórias; é precioso prender e punir também os grandes, mais criminosos ainda que os outros, quer por ocuparem uma posição social mais elevada, quer por terem em regra maior ilustração, ou ainda porque pelos seus exemplos contribuíram perniciosamente para que aqueles se desviassem da mesma forma, ainda que por diferentes processos, do caminho da honra e do dever. Enquanto os grandes potentados ou os grandes funcionários que delinquiram, gozarem da impunidade dos seus crimes, escusado será esperar que se comece a sério a obra da regeneração moral de que o nosso país tanto carece.

#### **IV**

Já atrás aludimos à emprego-mania. É com efeito um dos males que afligem as sociedades contemporâneas, e nomeadamente a Portuguesa. Tem a sua origem imediata na superabundância de indivíduos que se dedicam às profissões liberais, abandonando as artes e as indústrias exercidas por seus pais e avós. Em vez de procurarem na instrução, nos estudos a que se consagram, elementos salutareos e especiais para desenvolverem e aperfeiçoarem o trabalho manual ou mecânico, aproveitam o saber que adquirem como instrumento para dele se tornarem independentes e invadirem de preferência as posições oficiais. Desta tendência cada vez mais manifesta, apesar das dificuldades criadas com as

exigências de propinas, de exames, de concursos, tem resultado o excessivo desenvolvimento do funcionalismo. É esta, sem dúvida, uma das causas geradoras da grande crise econômica da atualidade, e provém ainda em parte do preconceito moral de origem bíblica que faz considerar o trabalho como castigo imposto ao homem, e em parte da tradição herdada das épocas de conquista em que as artes manuais eram o apanágio dos escravos ou dos servos. A liberdade, proclamada pela revolução que deu o triunfo político ao terceiro estado, teve por consequência, não tanto a reabilitação ou a dignificação do trabalho, como a abertura das profissões liberais aos filhos de todas as classes.

A ação do movimento revolucionário que agitou a França no fim de século passado e daí se estendeu a toda Europa, foi incompleta. Acabou, é certo, com os privilégios, derribou as barreiras que separavam as classes, mas não resolveu o problema social e moral; o trabalho manual continuou a ser depreciado.

Todavia a obra da revolução tem prosseguido no nosso século. Fourier, primeiro, com a sua utopia do Falanstério, e Renan, mais tarde, no seu livro *L'Avenir de la Science*, — para não citar nenhum outro, — proclamaram a união entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, de modo que um seja como que o complemento do outro. Na mesma ordem de ideias, o dr. Bernardino Machado advogou entre nós, na sua conferência sobre *A Socialização do Ensino*, realizada no Instituto de Coimbra, que "a ninguém seja lícito seguir um curso de instrução secundária, sem que esteja ao mesmo tempo fazendo o seu tirocínio oficial, nem se permita o acesso a uma faculdade ou escola superior a quem não seja ainda mestre em alguma profissão."

O socialismo, cujo partido se tem desenvolvido nos últimos tempos, vê o problema social e moral, que a revolução francesa não soube resolver, e da sua solução faz a base fundamental da grande transformação econômica. Essa solução é verdadeiramente a reabilitação do trabalho manual; é a sua dignificação, já iniciada em vários países, por exemplo, na Alemanha, com as candidaturas operárias. A entrada dos operários, dos trabalhadores, nos parlamentos assinala o primeiro passo para o levantamento moral dos trabalhos manuais e constitui o remédio mais eficaz para corrigir gradualmente o mal resultante da superabundância de indivíduos que invadem as profissões liberais e alargam os quadros do funcionalismo.

Sobre a relação entre as profissões liberais e o trabalho manual, publicou a *Revista de derecho y de sociologia* (Num. 6, junio de 1895.) um importante discurso inaugural do sr. C. Gide, eminente professor da Universidade de Montpellier. Nele se demonstra que hoje, tanto o progresso econômico, como o progresso moral, conspiram para dar maior dignidade ao trabalho manual.

Diz o sr. Gide que a primeira causa de darem os homens, em todos os tempos e em todos os países, a preferência às profissões liberais sobre os trabalhos manuais "é porque o labor material foi sempre muito mais penoso e muito mais duro do que o trabalho intelectual, entendendo por este a soma de trabalho necessário para lograr dignamente uma situação satisfatória na vida." As invenções mecânicas têm transformado este estado de cousas, operando uma verdadeira revolução nas condições do trabalho manual. "E entanto que o trabalho material tende a ser cada vez mais fácil, diz o ilustre professor, parece que o trabalho intelectual se torna de momento para momento menos atrativo."

Depois, a lei econômica da oferta e da procura tem feito diminuir a facilidade de encontrar bons honorários ou bons vencimentos nas profissões liberais, havendo, por exemplo, na prefeitura do Sena 21:088 pretendentes inscritos para 299 lugares que se presumia que vagassem, o na municipalidade de Bruxelas ao lugar de porteiro, 75 candidatos, dos quais eram 33 licenciados em direito, 17 doutores em medicina, 21 engenheiros, 8 químicos e 1 astrônomo.

A mesma lei econômica tem elevado cada vez mais o preço do trabalho manual, de modo que, "na atualidade, diz ainda o sr. Gide, um operário distinto ganha decerto mais do que um empregado, do que um agente de comissões, do que um professor primário, do que um cura de aldeia ou do que um alferes."

Em todos os tempos, sem excluir os modernos, o trabalho manual foi sempre menos considerado do que os trabalhos intelectuais. Contribui talvez para isso, na atualidade, o fato de que as máquinas, ao mesmo tempo que tiravam ao trabalho manual o seu caráter penoso, "privavam-no da individualidade, da espontaneidade, reduzindo-o à uniformidade de uma operação mecânica." É de esperar, porém, que em breve a revolução industrial restabeleça a união entre a arte e os trabalhos materiais, fazendo com que estes não sejam simplesmente um meio do ganhar o pão.

O ilustre professor da Universidade de Montpellier, prognosticando a reabilitação do trabalho manual, como Fourier e Renan, fechou o seu brilhante discurso inaugural com estas palavras: "Sim; no dia em que o trabalho intelectual e o trabalho manual se hajam reconciliado, abraçado, desposado, terá dado o gênero humano um grande passo *para a felicidade*, para a felicidade moral, que seguramente produzirá o sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes, realizado num comum trabalho e num comum destino, e para a felicidade física também, que há de resultar da harmonia das funções o da plenitude da vida."



Estamos em plena decadência. A sociedade industrial-capitalista que se fundou sobre as ruínas da sociedade católico-feudal, submetendo as doutrinas revolucionárias ao egoísmo individualista, agoniza atualmente em decomposição espontânea. Os abusos provenientes da sua própria organização subvertem-na. A crise moral, característica de todas as épocas de dissolução, manifesta-se no seu maior auge pela fraqueza dos caracteres, pela venalidade das consciências, pelas torpezas de toda ordem que mancham muitos homens em evidência, pela indiferença ou desprezo com que a maioria do público encara os negócios do Estado e pelo utilitarismo egoísta que inspira hoje quase todos os atos humanos.

Mas a crise moral, a dissolução dos costumes públicos e privados, que caracteriza sempre os fins dos períodos históricos, é, em geral, acompanhada logo de um começo de reação que se manifesta no riso, na sátira, na ironia pungente, isto é, no castigo pelo ridículo. Este começo de reação moral não corrige os costumes, mas pode ter consequências salutares por apressar a decomposição espontânea e facilitar com as suas irreverências o advento das novas doutrinas.

Quando a grandeza dos Romanos se submergiu nas orgias do império, Juvenal fustigou com as suas sátiras a sociedade em decadência. Com elas contribuiu inconscientemente para dispor os espíritos descrentes do politeísmo à aceitação da moral cristã.

No declinar do período católico-feudal, quando a alma cavalheiresca foi tocada pela corrupção, Rabelais com o seu prodigioso *Gargantua* e Cervantes com o seu imortal *Don Quixote* castigaram pelo riso e pelo ridículo os costumes dissolutos da época e prepararam o início dos tempos modernos.

A França, cabeça da civilização Ocidental, sentia o agonizar de um largo período histórico sob as magnificências do rei-Sol; à devassidão da corte correspondia a miséria crescente do povo. Voltaire com a sua fina ironia ateava o incêndio que depois se chamou revolução. Beaumarchais lançou-lhe os últimos combustíveis.

Mais tarde ainda, em França, a bacanal do segundo império que caiu humilhado em Sedan, encontrou a sátira dilacerante de Victor Hugo, a audácia firme de Rochefort e, sobretudo, a irreverente música de Offenbach.

Em Portugal a dissolução dos costumes públicos e privados, instigada desde 1852 pela corrupção adotada como norma do governo, encontrou também a reação do riso, do sarcasmo, do ridículo. Durante o reinado de D. Luiz não faltaram as folhas satíricas, os panfletos virulentos em prosa ou verso, as revistas do ano em que os homens e as cousas públicas eram cruamente achincalhados, as caricaturas com as quais o talento do artista fixava em dois

traços na memória do povo as feições dos caricaturados, sempre em situações cômicas ou burlescas. A ação dissolvente atingiu tais proporções que, ao terminar o reinado, se ergueu em grande parte da imprensa um brado enérgico contra a brandura dos nossos costumes.

Depois da ascensão ao trono do sr. D. Carlos, pretendeu o poder executivo reprimir com violência a mordacidade iconoclasta, tanto do jornalismo como do teatro; e, com efeito, conseguiu coibir alguns desmandos de linguagem ou de nudez de copia; mas o que não pôde abafar foi o espírito de reação pelo riso, que prosseguiu na sua tarefa demolidora, apontando ao público os ridículos da nossa época de decadência e de desmoralização. Basta citar o extraordinário poema satírico de Guerra Junqueiro — *Pátria*.

Mas a decadência, a desmoralização lavra tão fundo que a reação pelo riso encontrou espontaneamente novas formas para se manifestar. Como se a obra dissolvente dos artistas, dos escritores e dos jornalistas já não bastasse para reagir contra a corrupção geral que procura ocultar-se sob vãs ostentações de força, surgem manifestações coletivas na praça pública.

O caso, ocorrido em maio de 1895, dos estudantes da Escola-Médica de Lisboa, parodiando, com o concurso da mocidade acadêmica de outras escolas, um ato celebrado, dias antes, pelos poderes constituídos, é altamente característico. A sua significação não pode ser alterada, e é realmente muito séria sob as suas aparências folgazãs, sobretudo por ser uma manifestação da classe acadêmica, isto é, dos homens que hão de ser amanhã parte integrante do nosso meio dirigente. São eles, os homens do futuro, que protestam pelo riso contra a dissolução que mina a sociedade Portuguesa.

## VI

Se das classes dirigentes, da sociedade capitalista, voltamos os olhos para a grande massa da população, formada pelas classes trabalhadoras, o que vemos?

A concomitância da crise nacional que data de 1890, com a crise geral contemporânea que há mais tempo se faz sentir em todos os países da Europa e da América, com maior ou menor intensidade, tem tornado de dia para dia mais difícil a situação do nosso operariado, tanto das cidades como dos campos.

A diminuição dos dias de trabalho para os operários das fábricas e das oficinas, a completa falta de trabalho para muitos dos operários das construções civis, e o abaixamento dos salários como consequência da abundância de braços disponíveis para o trabalho, foram os primeiros efeitos naturais do mal-estar econômico de que padece a nossa sociedade. A repercussão desses efeitos,

tornados por seu turno causas, produziu o aumento da miséria pública, e correlativamente provocou o desenvolvimento da mendicidade, da criminalidade, dos suicídios, da mortalidade em geral, das doenças e da emigração. Não foram publicados ainda os dados estatísticos dos fenômenos sociais posteriores ao ano de 1890, e por isso não podemos corroborar com a demonstração incontestável dos números, a íntima concordância daquelas várias manifestações da vida social com a marcha persistente da nossa grande crise.

Nestes últimos tempos, por vezes, os fatores de ordem cósmica, sobrepondo-se aos de ordem social, agravaram ainda a situação do operariado. Referimo-nos às vigorosas invernias e à prolongada estiagem que alternadamente açoutaram todo o nosso país, multiplicando a miséria pública e estendendo-a à população dos campos e à classe piscatória. A extrema complexidade dos fenômenos sociais faz também refluir sobre o operariado das cidades as consequências desses males pela carestia das subsistências. A fome que visita os trabalhadores agrícolas, vítimas da esterilidade quer dos campos alagados, quer das terríveis secas, e os pobres pescadores, que em razão de ininterruptos temporais não podem sair ao mar no exercício da sua profissão, tão incerta como arriscada, assenta ao mesmo tempo arraiais nas habitações dos operários urbanos.

É uma lei econômica a correlação entre a baixa dos salários, devida à excessiva oferta de braços, e a depreciação geral das mercadorias. Mas, nos casos a que nos referimos, nota-se uma exceção, especialmente quanto aos gêneros de primeira necessidade, e essa exceção ainda é mais perniciosa para o operariado. A baixa dos salários coincide com a alta dos preços das substâncias alimentícias. Esta coincidência anormal resulta de que a alta dos preços é motivada pela falta de gêneros de primeira necessidade, isto é, a lei econômica foi alterada pela intervenção de um fator estranho, de ordem cósmica. Todas as classes sociais sofrem as consequências dessa alteração, mas o operariado mais do que nenhuma outra.

A crise do trabalho tem, por várias vezes, nestes últimos anos, obrigado o poder executivo a abrir obras extraordinárias. É um paliativo que atenua, mas não resolve a crise. E se alivia por instantes a crise operária, agrava a situação do Tesouro. As finanças públicas pioram com o peso de novos encargos. Mas aceitando o fato como uma imposição de ordem social, em vez de inventar obras para dar que fazer aos operários sem trabalho, seria preferível que o Governo tivesse sempre de reserva, para mandar executar, um plano de obras necessárias, mas não urgentes, a fim de fornecer trabalho nos períodos mais agudos e depressivos da crise operária. Foi pelo menos o que em Inglaterra recomendou às autoridades públicas a maioria de uma comissão real de inquérito ao trabalho nomeada em 1891.

Em Portugal, com o fim de dar trabalho aos operários desocupados, malbaratam-se infelizmente todos os anos consideráveis somas de dinheiro, em reparos inúteis e modificações desnecessárias, mandadas fazer em edifícios do Estado.

A situação do operariado, de dia para dia mais agravada, há de forçar o poder executivo a lançar mão, cada vez com mais frequência e em maior escala, desse expediente contrário aos interesses do Tesouro.

Seria de boa administração pública utilizar, ao menos, convenientemente o trabalho dos operários que recorrem ao auxílio do Governo.

O poder executivo, assim como não cuida, ao ver-se obrigado pela força das circunstâncias a conceder trabalho aos operários desocupados, de aproveitar da forma mais vantajosa para o Estado o suplemento de salários que tem de despende, também não pensa em melhorar as condições do operariado em geral pelo estabelecimento de instituições protetoras.

Na Inglaterra, na Alemanha, na Áustria, na França, na Bélgica e em outros países, os governos encaram a sério a situação do operariado. Na primeira daquelas nações, por exemplo, merecem tanto interesse as questões operárias que a comissão real de inquérito ao trabalho, a que já aludimos, apresentou ao Governo um relatório oficial que abrange mais de 65 *livros azuis*, e gastou nas suas investigações e estudos a soma gigantesca de 50:000 libras esterlinas. Esta comissão tinha por fim "inquirir das questões que dizem respeito às relações entre patrões e operários; das colisões entre patrões e entre operários; das condições do trabalho que surgiram no Reino Unido durante as recentes contestações operárias; e examinar se a legislação pode ser empregada com vantagem em remediar os males que o inquérito conseguir descobrir, e, neste caso, indicar os meios."

Neste momento histórico, quando em Portugal as classes trabalhadoras atravessam uma crise angustiosa, de caráter permanente, resultante de várias causas que mutuamente se agravam, quando a miséria se alastra das cidades aos campos e às aldeias, quando a fome ruge por vezes ameaçadora e sinistra, urge prestar cuidadosa atenção às questões sociais e diligenciar estabelecer em benefício do proletariado leis protetoras e previdentes, destinadas a facilitar e fomentar os seus melhoramentos materiais, morais e intelectuais.

A crise econômica que o mundo civilizado atravessa, tem tomado cada vez mais o caráter de crise social. É preciso não esquecer este fato, sintoma evidente da decomposição do regime capitalista, pois que a atual situação do operariado entre nós é fundamentalmente uma manifestação dessa crise, agravada sem dúvida por fatores de várias ordens, mas não uma simples consequência destes.

## VII

Um dos pródromos característicos da dissolução espontânea do regime capitalista-industrial que se implantou sobre as ruínas do velho regime, chegando a organizar-se numa espécie de feudalismo do dinheiro, é a tendência cada vez mais forte para a diminuição do juro do capital.

A abundância e a generalização da riqueza acumulada em virtude das condições de trabalho criadas pelo salariado e pelo desenvolvimento do maquinismo, trouxe a concorrência dos capitais disponíveis e, como natural consequência, o barateamento do dinheiro.

A menor retribuição dos capitais ou a desvalorização deles à medida que aumentam as riquezas improdutivas e demandando colocação, deixa-nos antever a espontânea decadência e futura queda do regime capitalista. A transformação social, preconizada pelas doutrinas socialistas, opera-se assim simplesmente pela ordem natural das cousas.

Não admira. A passagem de um regime para outro ou de um grau de civilização para o imediato obedece sempre a leis históricas. Uma sociedade em dissolução contém em si os germens, mais ou menos desenvolvidos, da que se lhe segue evolutivamente. É por isso que nos últimos dias do império romano, nas vésperas da invasão dos bárbaros, já se via germinar o feudalismo, que não foi obra exclusiva dos vencedores, ao contrário do que muitos creem.

A diminuição da taxa do juro não se observa, porém, em toda parte, apesar de ser geral a dissolução espontânea do regime. Por exemplo, no nosso país. Mas também em Portugal, assim como o feudalismo mediévico não se fez sentir com a intensidade que teve no centro da Europa, — a ponto de levar Herculano a negar que ele existisse entre nós, — do mesmo modo o novo feudalismo, o do capital, nunca se manifestou na sociedade Portuguesa senão extremamente atenuado, não se fundando a grande indústria, a não ser excepcionalmente, e não havendo as desigualdades de fortuna tão acentuadas que se veem em outros países.

O juro em Portugal mantém-se alto; a taxa do desconto no Banco de Portugal, atualmente de 5 1/2 por cento, (Novembro de 1897.) tem sido normalmente de 6 por cento, nunca descendo abaixo de 5; para a indústria não se obtém dinheiro senão acima de 6 por cento; e para a agricultura, em geral, a 10 e mais por cento. A razão desta alta permanente do juro é principalmente a concorrência desastrosa que os governos desde 1851 sempre fizeram ao comércio, à indústria e à agricultura, levantando empréstimos a troco de um juro atraente e largamente remunerador. Rendimento de fácil recepção e bem

garantido, na opinião do vulgo, era preferido por todos que dispunham de alguns capitais e que tinham por ideal uma vida tranquila sem canseiras e sem cuidados. Entretanto, privadas de capitais, que só obtinham com juro exorbitante, a agricultura definhava e a indústria dificilmente lutava para viver.

Se em Portugal, pela razão apontada, se mantém alta a taxa do juro, não sucede o mesmo nos países onde teve o maior desenvolvimento o regime capitalista-industrial. Nos bancos de França e de Inglaterra a taxa do desconto tem descido a 3 e a menos por cento; e a indústria e a agricultura em França e em Inglaterra, sem grandes atritos, levantam capitais a juro módico.

Em França, especialmente, superabunda hoje o dinheiro, fruto não só do excesso de exploração do salariado e dos maquinismos aperfeiçoados, como do surpreendente espírito de economia que domina as classes laboriosas. Resultou desta acumulação, cada vez maior, de capitais em disponibilidade, à cata de colocação, o gradual abaixamento da taxa do juro.

Esta depreciação de capitais, devida à abundância e à natural concorrência que a acompanha, deu origem a uma proposta de lei que a Câmara dos deputados francesa votou, há poucos dias, (Em 25 de novembro de 1897.) depois de primeira leitura, e que, apesar da sua concisão, representa, se for definitivamente aprovada, o início de uma *revolução econômica*, na frase do jornal conservador *Le Temps*.

É a fixação da taxa do juro legal em 3 por cento em matéria civil e em 4 por cento em matéria comercial, ficando ab-rogadas as disposições contrárias da lei de 3 de setembro de 1807, ainda hoje em vigor. Esta lei lixava em 5 por cento o juro legal em matéria civil e em 6 por cento em matéria comercial. A redução proposta anda por 40 por cento em matéria civil e por 33 1/2 por cento, pouco mais ou menos, em matéria comercial.

O projeto de lei fixando a taxa de juro, que está submetido à aprovação do parlamento francês, tem evidentemente por fim pôr de acordo a legislação com a evolução econômica da sociedade. O abaixamento da taxa do juro é um fenómeno econômico produzido, como dissemos, pela superabundância de capitais.

Sendo esta uma consequência das condições de trabalho no regime capitalista e ao mesmo tempo um fator de dissolução desse mesmo regime, não pode ser considerado um fenómeno passageiro, mas sim um fenómeno que cada vez há de acentuar-se mais. A evolução da taxa do juro torna necessária a modificação da lei que lhe diz respeito.

É significativa a apresentação à Câmara francesa do projeto de lei reduzindo a



taxa do juro. Representa o reconhecimento oficial desse importante fenômeno econômico. Mas a sua existência não carecia decerto dessa prova. A verdade é que o movimento descendente que se produz na taxa do juro se tornou indiscutível; confessam-no os próprios conservadores. E *Le Temps* (De 27 de novembro de 1897). que não pode ser suspeito de simpatia pelas doutrinas socialistas, diz, a propósito deste movimento indiscutível, que o *laissez faire et laisser passer* dos economistas tem afinal consequências que se aproximam das teorias sociais dos coletivistas, sem todavia com elas se confundirem.

## VIII

O regime econômico contemporâneo, espécie de feudalismo industrial e capitalista, caracterizado pela exploração do trabalho e concentração dos capitais, está em plena fase de dissolução. A crise econômica que resulta desta ordem de cousas e que se manifesta cada vez mais profunda, tem dado a proeminência à questão social sobre a questão política, mas a resolução desta, apesar de secundária em importância, não deixa de ser uma condição indispensável, sobretudo entre os povos ocidentais da Europa, para a plena solução daquela. Sem instituições democráticas não pode fortificar-se o espírito das verdadeiras reformas sociais.

Haja vista a diferença do que tem ocorrido em França e em Portugal com o derramamento da instrução pública, de fato a base essencial de todas as reformas políticas ou sociais. Em França, depois de triunfar a terceira república, a instrução em todos os seus graus conseguiu adquirir um desenvolvimento perfeitamente democrático. Esse desenvolvimento trouxe a consolidação definitiva daquela forma de governo.

Em Portugal, a instrução popular não encontra da parte dos poderes constituídos senão obstáculos ao seu desenvolvimento; e as sucessivas reformas, decretadas hipocritamente com o fim anunciado de melhorar e ampliar o ensino, não têm feito mais que manter o povo sistematicamente na ignorância. Mas, se entre nós se tem mostrado na prática a incompatibilidade das instituições monárquicas com o derramamento da instrução popular, também cada vez se tem acentuado mais a incompatibilidade dessas mesmas instituições com toda a espécie de reformas democráticas, quer políticas, quer sociais. Basta ver como se executa a chamada legislação operária que possuímos, na parte em que não ficou inteiramente letra morta, por exemplo, a proteção ao trabalho dos menores e das mulheres nas fábricas e nas oficinas e o tribunal dos árbitros-avindores de Lisboa.

Mas a corrente favorável à solução da questão social avoluma de momento para momento e de dia para dia adquirindo por isso maior ímpeto em todos os

países, sem excetuar Portugal, porque aos esforços inteligentes e disciplinados dos operários socialistas se juntam por toda a parte os esforços da burguesia ilustrada — professores, médicos, homens de ciência, literatos, artistas, etc.

Em Portugal pode servir-nos de exemplo a atitude tomada nos últimos anos da sua existência pelo visconde de Ouguela, o qual sob o título de *A Questão Social* iniciou a publicação de uma série de opúsculos chamando a atenção dos espíritos independentes para a solução da tese obrigada de todas as discussões nos centros populares. A questão social impõe-se, dizia ele, porque a revolução "está já nos espíritos e pouco falta para que se traduza em comoções enérgicas na vida das sociedades." Escrevia depois o visconde de Ouguela: "O perigo está no antagonismo que se manifesta entre as bases em que assentam as instituições existentes, e os princípios afirmados pela ciência em quase todas as províncias do saber. É esta discórdia insuperável que gera a anarquia, criando um desequilíbrio tão violento nas sociedades, que só poderá terminar pelo predomínio das novas doutrinas. Tanto mais que as classes ilustradas clara ou ocultamente aceitam as afirmações preconizadas pela ciência." Daqui concluía o ilustre escritor que "a verdadeira democracia tem de hastear forçosamente o pendão do socialismo."

Mas observa com inteira verdade, apontando o fato como o perigo mais instantâneo, que "os dirigentes, em geral, mediocrementemente instruídos, não têm sequer a intuição das ameaças da hora presente, e ignoram quais os meios de por uma transição suave e lenta opor diques à torrente caudal que pode submergir sociedades inteiras. Educados em um meio puramente político, e aptos apenas para os enredos e argúcias da vida parlamentar, não atentam a que os povos estão entregues a um rigoroso trabalho de gestação, que pode, em um impulso premeditado e com o esforço e acordo de várias nacionalidades, produzir um profundo abalo social. Levados por um falso empirismo, supõem que uns arremedos de socialismo do Estado são a melhor forma de sanar as iras do operariado e adormecer as exigências e reivindicações populares, deixando aliás de pé todo o existente nas suas irremediáveis e funestas contradições."

Já anteriormente o primoroso estilista de — *Os Salões* — publicara — *A Luta Social*, uma obra de protesto, mas ao mesmo tempo de esperança, porque "por mais adiantada que vá a gangrena no corpo social, ainda a sua ação se não fez sentir com a mesma intensidade nas classes populares." E delas e só delas — afirmava-o o visconde de Ouguela — é que há de irromper a fé vivificante, que deve restaurar um dia este organismo denominado nação Portuguesa."

No meio da desolação que semeou no espírito público a crise política e financeira com todas as suas desastrosas consequências, e mais ainda a crise moral que cada vez se manifesta mais intensa, consola verificar que há ainda quem confie no dia de amanhã, quem se não deixe arrastar na corrente do

desalento e descrença, quem espere ainda uma revivescência. Ao menos não está tudo perdido. Por maior que seja a decadência nacional, por mais extensas que sejam as ruínas devidas à concomitância dos erros da governação constitucional e da dissolução do regime capitalista, enquanto resta uma esperança, há sempre probabilidades de melhores dias.

A decadência Portuguesa não é um acontecimento isolado no mundo moderno. Obra principalmente dos esbanjamentos e desvarios dos governos, relaciona-se todavia com sucessos idênticos, e outros de ordem econômica geral, ocorridos noutros países. Portugal constitui uma unidade como nação independente; mas à luz do moderno critério científico é e foi sempre uma parcela de um organismo superior — a Civilização Ocidental. No seu viver interno sempre se repercutiram com maior ou menor extensão os grandes movimentos e as grandes ideias que explicam a história dos tempos modernos.

Os males econômicos e sociais são os mesmos, à parte a intensidade, em todos os povos contemporâneos. Os desastres financeiros e as revoltas políticas, embora circunscritas nas suas origens materiais e nos seus efeitos imediatos, à situação particular de cada país, derivam também, em última análise, de correntes universais de opinião. Por exemplo, os *déficits* com que se fecham as contas do Tesouro em quase todos os países civilizados são a consequência da manutenção geral dos exércitos permanentes, do continuo desenvolvimento dos orçamentos de guerra e marinha e ainda da febre extraordinária de melhoramentos materiais, na maioria dos casos com intuítos estratégicos.

"Estamos assistindo ao desmoronamento de instituições existentes, atravessamos uma tardia e aflitiva transformação social, e caminhamos imediatamente para o encerramento definitivo de um ciclo histórico já agonizante" dizia com razão o visconde de Ouguela no seu livro — *A Luta Social*, e pintava assim este momento de metamorfose social dos povos:

"Na hora presente, os mais pronunciados sintomas, que em toda a Europa se observam nas classes superiores, exprimem a vertiginosa perturbação de todas as crenças, a avidez insaciável de conseguir desvairados gozos, por mais cínicos e injustificáveis que sejam os meios, a completa perversão dos costumes, devida em grande parte à carência de generosos ideais a cobiça desmesurada do ouro e dos mais torpes e nojosos lucros, e a realização à porfia de ousadas empresas, revestidas dos maiores deslumbramentos e da mais ruidosa vaidade.

"Nem já se afivela a máscara hipócrita de uma simulada decência bizantina, em homenagem especiosa ao decoro e ao respeito a que obriga a publicidade. Manifestam-se os fatos brutalmente em toda a sua desnudez, sem que os autores se arreiciem de qualquer acusação afrontosa que os possa perseguir ou macular."

A decomposição a que assistimos coincide individualmente com um estado de dúvida e de incerteza, com uma disposição da alma, observada por Max Nordau, em que se mistura a agitação febril ao desânimo incompreensível, e politicamente ao descrédito e à desagregação progressiva dos partidos pelo triunfo que alcançam as ambições individuais. Em França, na Itália e na Bélgica o próprio radicalismo não tem escapado à ação decomponente.

Ergue-se, porém, por toda parte, adquirindo de dia para dia maior desenvolvimento, a democracia social que aqui e além já começou a impor-se, não só como elemento de transformação política e de remodelação partidária, mas, sobretudo, como fator da reorganização econômica, financeira e moral do mundo contemporâneo. Pertence-lhe, como já notou Magalhães Lima, outro apóstolo dos ideais modernos, no prefácio do seu livro — *A Obra Internacional*, a coesão de esforços dentro dos limites extremamente amplos dos problemas sociais, que têm hoje justificada primazia sobre todos os outros, visto que o empirismo político já deu de si as mais tristes provas como fomentador da desmoralização geral e da perversão dos caracteres. Da luta social há de nascer um novo regime, assim como das "revoluções apelidadas desvairadamente democráticas" — na expressão do visconde de Ouguela, — proveio a preponderância da burguesia, a implantação do sistema constitucional.

Antes de triunfar em Portugal o governo absoluto, os monarcas tinham tal consideração pelas justas exigências dos ruões, lavradores e mesteiros, dispensavam tal atenção aos razoáveis reparos que eles lhes faziam, que nunca se esquivavam a responder e faziam-no sem subterfúgios, ao contrário, como observou o visconde de Ouguela, do que "hoje é de uso nos governos parlamentares, para afastar a opinião pública dos negócios em si escuros, e de nenhum modo aceitáveis."

A luta social que acompanha a dissolução do regime capitalista, é a continuação do movimento que produziu o engrandecimento e preponderância da classe média, pela extensão das conquistas do terceiro estado ao quarto estado, isto é, ao proletariado. Este perdeu, em vez de ganhar, com o constitucionalismo, porque "espoliaram os misteres de uma das suas mais valiosas e mais disputadas franquias: o direito de ter representação sua própria no governo dos municípios." Foi nisto principalmente, disse o autor da *Luta Social*, "onde mais se revelou o egoísmo da classe média, que então já violentamente imperava, foi no esquecimento em que deixou as classes operárias sem representação na administração financeira e econômica dos concelhos, e conseqüentemente sem influência nem ação própria nas localidades."

O visconde de Ouguela, cujo lúcido espírito estava educado nos princípios das ciências modernas, cria na lei histórica da evolução, o por isso afirmava que a transformação social se opera inevitavelmente, sendo a derrocada do sistema

atual impreterível e fatal. Dizia: "Sempre que as monarquias se encontrarem isoladas sobre um solo nivelado já pela democracia, e sem que se possam escorar em alguma poderosa classe social, hão de fatalmente desaparecer, e mais fácil será a sua extinção, se elas não corresponderem a nenhuma das necessidades dos povos modernos, nem satisfizerem as suas imperiosas reclamações." Referia-se nestas palavras à solução das questões sociais.

A coesão de esforços do proletariado no campo destas questões não é senão uma consequência ou um complemento inevitável da obra internacional no terreno das ideias científicas e das suas aplicações à vida prática. Magalhães Lima já tocou este problema no seu livro *A Obra Internacional*.

Disse ele: "Tudo o que é moderno, vivo, progressivo é hoje internacional. O Comércio e a Indústria são essencialmente cosmopolitas. São-no igualmente a navegação, os caminhos de ferro, o telefone e todas as grandes descobertas que constituem a glória do nosso século. O futuro pertence ao cosmopolitismo, disse Littré.

"A Ciência e a Arte são profundamente internacionais. As descobertas de uma e as criações de outra a todos aproveitam, e os seus progressos podem e devem considerar se como a mais alta expressão do internacionalismo. As ideias não têm pátria e pode dizer-se que elas constituem um verdadeiro patrimônio da humanidade."

O internacionalismo nas ideias científicas e nas suas aplicações industriais patenteia-se desde muito na frequente reunião de congressos internacionais para a discussão quer de teorias puras, quer de problemas práticos de higiene e saúde pública, de criminologia, de serviços postais e telegráficos, de caminhos de ferro, de assuntos monetários, etc. Os congressos democráticos internacionais para a solução das questões de ordem social obedecem simplesmente à mesma tendência.

Demonstra Magalhães Lima no interessante livro que temos citado, que é "no domínio do pensamento que o internacionalismo se afirma com a maior intensidade", e conclui que "este fato de per si só bastaria para provar que o futuro lhe pertence." A tendência para o cosmopolitismo não é nova; existiu já a solidariedade dos pensadores na primeira expansão da Renascença, e mais acentuada ainda no século passado, na obra dos enciclopedistas. Não tem cessado de progredir com as conquistas e descobertas científicas e industriais do nosso século, manifestando-se primeiro nos congressos internacionais de ciência e de melhoramentos industriais dela derivados, e depois nos congressos destinados à discussão dos interesses de ordem moral e social, nomeadamente os feministas, os socialistas e os da paz e arbitragem.

O remédio indispensável para a grande crise econômica, social e moral que se revela em todos os países, e que dá lugar à profunda e gradual decomposição dos elementos constituintes das sociedades contemporâneas, tem de ser de caráter internacional e de atuar ao mesmo tempo sobre a constituição da família, sobre a organização das sociedades e sobre as relações de amizade e de ligação entre todos os povos. Os problemas da situação da mulher, das condições do operariado e da paz geral estão intimamente ligados entre si; e a solução de todos eles depende da transformação radical das sociedades contemporâneas, já hoje em adiantado estado de decomposição. Diz Magalhães Lima que *se trata de um movimento renovador dos mais importantes na história da humanidade, e define-o assim na Obra Internacional*:

"No ponto de vista da família, no ponto de vista da sociedade, assim como no ponto de vista das nações, a reorganização da humanidade deve repousar sobre novas bases econômicas.

"É preciso não somente assegurar a paz e a harmonia da família, senão também a sua independência.

"Por isso pedimos a igualdade dos sexos.

"É mister reorganizar a sociedade tornando os interesses solidários.

"Por isso sustentamos as reivindicações do proletariado.

"É indispensável emancipar as nacionalidades.

"Por isso queremos a federação universal."

Também o visconde de Ouguela proclamava a política da federação como o labor vivificante das nações transformadas socialmente pelo advento do quarto estado à vida política. Dizia ele: "O verdadeiro equilíbrio europeu só poderá estabelecer-se e consolidar-se por meio da federação dos povos, e a corrente das ideias parece demonstrar que é a toda a família latina que caberão as primícias dessa gloriosa missão."

Sem dúvida, para quem observar atentamente o que se passa no mundo contemporâneo, é essa a orientação a que obedece o atual movimento renovador, que, como obra internacional, se contrapõe à dissolução do regime capitalista, cada vez mais extensa e intensa em todas as nações civilizadas.



## BIOGRAFIA

Teixeira Bastos nasceu em Lisboa, Portugal, em 1857. Faleceu na mesma cidade no ano de 1902.

Formou-se no Curso Superior de Letras, onde foi aluno de Teófilo Braga, a cuja influência se deve a adesão de Teixeira Bastos à doutrina positivista.

Teixeira Bastos foi um dos maiores entusiastas do positivismo, doutrina que entendia aplicável a todos os domínios do pensamento. Dedicou-se à divulgação do pensamento de Auguste Comte, resumindo em português a sua obra *Cours de Philosophie Positive*, que em 1883 publicou sob o título de *Princípios de Filosofia Positiva*.

O pensamento positivista está também patente na sua obra poética, dando-lhe um cunho filosófico e uma intenção declarada de a consagrar ao progresso da humanidade. Este carácter está bem patente na sua obra *Vibrações do Século* (1882).

Como jornalista e publicista, dirigiu a revista *Era Nova* (1880-1881), a *Revista de Estudos Livres* (1883-1886) e *O Positivismo*, periódicos que fundou e dirigiu com Teófilo Braga. Também colaborou em vários jornais e revistas, entre os quais *O Século*, *Renascença* (1878-1879?), *A Mulher* (1879), *O Pantheon* (1880-1881) e a *Galeria Republicana* (1882-1883).

Defendia a aplicação do positivismo à estética realista-naturalista, considerando que as insuficiências da corrente literária naturalista se devia à falta da luz viva e clara da filosofia positiva, a única que os podia guiar conscientemente na exploração dos fenômenos sociais.